

# TRANSFORMAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980



## TRANSFORMATION OF THE CONCEPT OF CHILDREN AND CHILDHOOD IN BRAZIL SINCE THE 1980S

### DANIELA COSTA DE ANDRADE

É professor(a) de Educação Infantil; Formada em Pedagogia na FACULDADE UniSant'Anna em 2.01; Trabalha na Emei Maria Thereza Fumagalli e no CEI Direto Jardim Santa Tereza. E-MAIL [costadeandradedaniela@gmail.com](mailto:costadeandradedaniela@gmail.com)

### RESUMO

A concepção de criança e infância varia de acordo com a sociedade a qual a criança está inserida. Compreender a infância como fruto das relações sociais, permite relacioná-la a consolidação da Educação infantil como primeira etapa da educação básica. A infância obteve variadas concepções, dentre elas uma que se tornou prática na ação educativa, a de que a criança necessitava de preparo no domínio de atividades letradas. Tomou-se como referencial teórico os estudos da Sociologia da infância, na compreensão da criança como ser histórico e de direitos, por isso, os marcos legais que regem a concepção de criança e infância tem importância na história da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Concepção de criança; Infância; Sociologia da infância e educação infantil.

### ABSTRACT

The concept of children and childhood varies according to the society in which they live. Understanding childhood as the fruit of social relations allows us to relate it to the consolidation of early childhood education as the first stage of basic education. There have been various conceptions of childhood, including one that has become a practice in education: that children need to be

prepared to master literate activities. The theoretical framework was based on studies of the sociology of childhood, understanding children as historical beings with rights. For this reason, the legal frameworks governing the concept of children and childhood are important in the history of early childhood education.

**Keywords:** Conception of the child; Childhood; Sociology of childhood and early childhood education.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo mostrar as mudanças na concepção de criança e infância a partir da década de 1980 e como os marcos legais e os estudos da sociologia da infância contribuíram para a atual construção da concepção de criança e infância, tendo como documento norteador a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O conceito de infância se modifica de acordo com o contexto social de cada época, a partir da década de 80, com o crescente ingresso da mulher no mercado de trabalho possibilitou que a infância passasse a ser vista como categoria social. As indagações sobre o que e como a criança aprende passa a ser objeto de pesquisa. No entanto, a história mostra que a infância foi associada ao preparo para a vida adulta e também houve um momento em que o fracasso nos iniciais foi relacionado às condições de vulnerabilidade social em que viviam as crianças, por isso a Educação infantil passou exercer praticas que supostamente atenuariam a situação em que as crianças viviam, ações antecipatórias, em que os professores deveriam realizar atividades como fazer bolinhas, contorno, desenhos mimeografados e exaustivas repetições de atividades com viés alfabetizadores.

A partir das observações do sociólogo e educador Miguel Arroyo, será apresentado como os estudos sobre a infância podem contribuir para mudar o olhar na infância e na ação pedagógica que respeite os direitos da criança e possibilite aprendizagens sem desvalorizar a infância.

## A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

A concepção de infância no Brasil se constrói acompanhada a conquista de direitos reivindicados por setores da sociedade, sobretudo por mulheres, que necessitavam do auxílio na educação dos filhos enquanto trabalhavam. Conforme Arroyo (1994) “a construção da infância, historicamente depende muito da construção de outros sujeitos”. Ou seja, a consciência de sua natureza passa a ser vista a partir de uma demanda social, gerando a necessidade de tornar coletivo

o cuidado e a educação da criança pequena. Esse acontecimento trouxe um novo significado para a infância, conforme explica Arroyo (1994)

“Surge, portanto, a infância como categoria social, não mais como categoria familiar. A reprodução da infância deixa de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família. É a sociedade que, complementando a família, tem que cuidar da infância. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.p 89.

A infância em um período anterior aos marcos legais que a constituiu, não era considerada conscientemente como fase da vida, com características e especificidades. Alguns equívocos gerados pela falta de conhecimento e pesquisas na área acompanhou a infância, atribuindo a esse período de desenvolvimento como um momento de preparo para a vida adulta, reduzindo a criança como alguém que viria a ser.

Segundo Miguel Arroyo “Cada idade não está em função da outra idade. Cada idade tem em si mesma, uma identidade própria, que exige uma educação própria, uma realização própria enquanto idade e não enquanto preparo para outra idade”.

A noção de especificidades de cada fase de desenvolvimento avançou na medida em que estudos oriundos da concepção interacionista foram desenvolvidos.

Impossibilitar que a criança viva a infância submetendo-a escolarização, para que domine habilidades de leitura e escrita e assim evitar a reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental foi uma prática repetida na Educação infantil. Na medida em que a sociedade passa ter consciência de que a infância possui identidade própria, com especificidades que deve ser vivida na totalidade dela mesma e não submetida a futuras vivências que serão consolidadas em outra fase o conceito antecipatório passa a não ter sentido.

A Base Nacional Comum Curricular reforça a visão da criança como protagonista em todos os contextos de que faz parte, evidenciando que a criança não apenas interage, mas cria e modifica a cultura e a sociedade.

Os estudos da sociologia da infância mostraram que as crianças participam coletivamente na sociedade e são sujeitos ativos e não meramente passivos. Ou seja, a sociologia da infância trouxe a proposta de estudar a infância por si própria, rompendo com o adultocentrismo, entendendo a criança como um ser social e histórico, produtora de cultura.

Romper com práticas compensatórias continua sendo necessário, tendo em vista que o entendimento que a sociologia da educação infantil tem avançado no entendimento da diversidade infantil, oferecendo referência para captar a complexidade da cultura infantil.

## **BREVE HISTÓRICO LEGAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DE DOS ANOS 1980**

O processo histórico da educação infantil brasileira remete-nos a um cenário de mudanças sociais ligadas diretamente à inserção da mulher no mercado de trabalho, o que fez com que a Educação de crianças pequenas fosse idealizada como modelo de compensação à superação das condições sociais às quais estavam submetidas, sem uma real reflexão ou estudo sobre as alterações nas estruturas sociais vigentes.

A partir da década de 80, profissionais da educação passaram a questionar acerca da oferta compensatória bem como da privação cultural na pré-escola, pois segundo Oliveira (2011) “as crianças evidentemente não estavam sendo beneficiadas com tais programas, ao contrário serviam apenas para uma discriminação e marginalização mais precoce delas”.

O trabalho pedagógico frequentemente associava as crianças por suas carências ou dificuldades, baseadas em um padrão das camadas médias exigidos. Tais propostas compreendiam a estimulação precoce e ao preparo para a alfabetização, mantendo práticas educativas geradas por uma visão assistencialista ou preparatória. Nessa fase, seriam desenvolvidas atividades em que as crianças deveriam completar figuras, pintar desenhos mimeografados, realizar traçados, dentre outros exercícios motores.

Em 1985, com término do período militar de governo, a educação infantil passa a ser assunto nas campanhas eleitorais e profissionais da educação começam a questionar a função da educação infantil e elaborar novas concepções pedagógicas que segundo Oliveira (2011) “enfatassem o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças”.

A democratização da escola pública, reivindicadas por grupos sociais, possibilitaram a promulgação da Constituição federal em 1988, em seu artigo 208, inciso IV, dispõe como dever do Estado assegurar o “atendimento em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade”. Desta forma a Educação Infantil, passou a ser um dever do Estado e um direito da criança.

Um Estatuto da criança e do adolescente (Brasil, 1990) passa a definir a “criança como pessoa até os 12 anos de idade incompletos”.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), a educação infantil passa a ser primeira etapa da educação básica. A partir de uma modificação na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação infantil passou a compreender a faixa etária de zero a cinco anos de idade, sendo de 0 a 3 na modalidade creche e 4 e 5 anos, na modalidade pré-escola.

[...] Embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil

Os estudos e pesquisas sobre como o pensamento e aprendizagem infantil se desenvolve, contribuem para mudanças nas propostas pedagógicas, um Referencial Curricular Nacional foi formulado pelo MEC, esse documento foi importante no entendimento do que deve ser ensinado nessa etapa de educação infantil.

Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB N° 5/2009), são formuladas, o documento defende que a educação de crianças de zero a cinco anos deve promover o desenvolvimento integral e garantir o acesso a processos de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, a brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. As DCNEIS incluem crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, crianças indígenas, ribeirinhas, quilombola, dentre outras.

A Educação Infantil obtém um importante avanço histórico sendo incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento reconhece a Educação infantil como etapa importante para construção da identidade e subjetividade da criança, orienta os conhecimentos que bebês e crianças têm o direito de aprender, além de condenar práticas compensatórias adotadas ao longo das últimas décadas, preconizando um ensino que articule situações de cuidado e educação, como processos indissociáveis da ação educativa.

## **CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO**

A BNCC passa a ser utilizada nacionalmente, não como um currículo, mas como orientação do trabalho pedagógico, em que se estabelece direitos de aprendizagem e coloca a criança como centro do processo educativo.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. p. 40

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação infantil, estabelece que os eixos estruturantes das práticas pedagógicas são as interações e as brincadeiras. Exige que a escola não só conheça, mas inclua no trabalho pedagógico trabalhar com as culturas, dialogar com a diversidade cultural das famílias e da comunidade. Entretanto, tal proposta não é algo espontâneo, exige da escola e do professor, o planejamento intencional das práticas pedagógicas.

O papel do professor de educação infantil segundo a BNCC é "refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças." página 39

O documento apresenta os direitos de aprendizagem, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Tais direitos serão garantidos por meio do estabelecimento de cinco campos de experiência, sendo eles:

- 1 O Eu, o outro e o nós
- 2 Corpo, gestos e movimentos
- 3 Traços, sons, cores e formas
- 4 Escuta, fala, pensamento e imaginação
- 5 Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações

Os cinco campos de experiências devem ser significativos e com sentido para que haja aprendizagem, experiências são lembranças memoráveis ao contrário de atividades mecânicas ou preparatórias.

[...] Ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar. (BRASIL, 2017, p. 36)

Segundo Miguel Arroyo, há uma supervalorização da alfabetização e matematização das crianças, pois a escola se esquece das outras linguagens. Atualmente, o desafio que se coloca é garantir os direitos de aprendizagem, por meio das experiências que serão planejadas intencionalmente pelo professor, que por sua vez deve ter o cuidado de não antecipar processos, mas garantir que a criança vivencie plenamente situações de cuidados e aprendizagem nas múltiplas linguagens.

Ao nascer, a criança está inserida em uma sociedade letrada. Entretanto, a convivência com a cultura escrita deve acontecer como a convivência com as demais linguagens. O contato, todavia, não deve acontecer sob forma de treino mecanizado e descontextualizado, como era praticado em décadas anteriores. Ao contrário, o professor pode planejar situações de uso da leitura e escrita na presença das crianças, possibilitando a sua convivência com o uso significativo da escrita e com isso a percepção, por parte da criança, de sua função social.

[...] Não é obrigatório dar aulas de alfabetização na pré-escola, porém é possível das múltiplas oportunidades para ver o professor ler e escrever, para explorar semelhanças e diferenças entre textos escritos, para explorar o espaço gráfico e distinguir entre desenho e escrita, para explorar o espaço gráfico e distinguir entre desenho e escrita, para perguntar e ser respondido, para tentar copiar ou construir uma escrita, para manifestar sua curiosidade em compreender essas marcas estranhas que os adultos põem nos mais diversos objetos. (FERREIRO, 2011, p. 40).

A sociologia da infância contribuiu para a ressignificação do olhar na criança, ela não é mais uma figura estática e um ser atuante que modifica e é modificada pela sociedade. As DCNEIS, em seu artigo 4º definem a criança como um

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, p. 37, 2009).

O professor que trabalha com criança pequena, atua como mediador para ampliar as experiências, tendo como desafio compreender que o cuidar e o educar são processos indissociáveis da proposta pedagógica, as interações e brincadeiras entre crianças e seus pares devem ser observadas, não como avaliação de habilidades e competências, mas para garantir aprendizagem, desenvolvimento e a socialização.

Segundo a BNCC o papel do professor é atuar garantindo “refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.” página 39

O professor que trabalha com criança pequena, atua como mediador para ampliar as experiências, tendo como desafio compreender que o cuidar e o educar são processos indissociáveis da proposta pedagógica, as interações e brincadeiras entre crianças e seus pares deve ser observada não como avaliação de habilidades e competências, mas para garantir aprendizagem, desenvolvimento e a socialização.

Os direitos de aprendizagem propostos pela BNCC consideram que a ação pedagógica privilegie todas as linguagens como forma de apropriação cultural, o que poderá proporcionar a infância um significado que a valorize em si mesma.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p. 41)

Os direitos de aprendizagem propostos pela BNCC consideram que a ação pedagógica privilegie todas as linguagens como forma de apropriação cultural, o que poderá proporcionar a infância um significado que a valorize em si mesma.

A sociologia da infância contribuiu para a ressignificação do olhar na criança, ela não é mais uma figura estática é um ser atuante que modifica e também é modificada pela sociedade. As DCNEIS, em seu artigo 4º definem a criança como

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, p. 37, 2009).

É necessário que os estudos que orientam a infância continuem a refletir sobre seus atores principais, a fim de garantir efetivação de seus direitos no tempo presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de criança e infância se modifica de acordo com o tempo histórico, ao longo dos anos houve diversas maneiras de enxergar como a criança vivenciava as especificidades da fase de desenvolvimento infantil, a infância no Brasil acompanhou a construção de identidade de outros sujeitos, em que o foco era atender a uma necessidade quanto à guarda da criança enquanto os pais trabalhavam, por isso, a construção da concepção de infância construiu-se com equívocos que ignoravam a criança, reduzindo-a alguém que viria possivelmente a ser quando tornasse adulta. Esta visão autocêntrica, trouxe consequência no atendimento à infância dado na educação infantil, com práticas discriminatórias e antecipatórias. No entanto, estudos da Sociologia da infância, trouxeram novas perspectivas, referente a infância como fase de desenvolvimento com especificidades próprias, contribuiu não apenas para mudança de comportamento, em que coloca a criança no centro da ação educativa, mas também influenciando a criação de leis e documentos pedagógicos que orientam a maneira de viver plenamente a infância.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **O significado da infância**. In: Anais do I simplósio nacional de Educação infantil Brasil/MEC/SEF/COEDI. Brasília: MEC, 1994.
- FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. [retradução e cotejo de textos Sandra Trabuci Valenzuela]. – 17. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart e FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2011.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.